

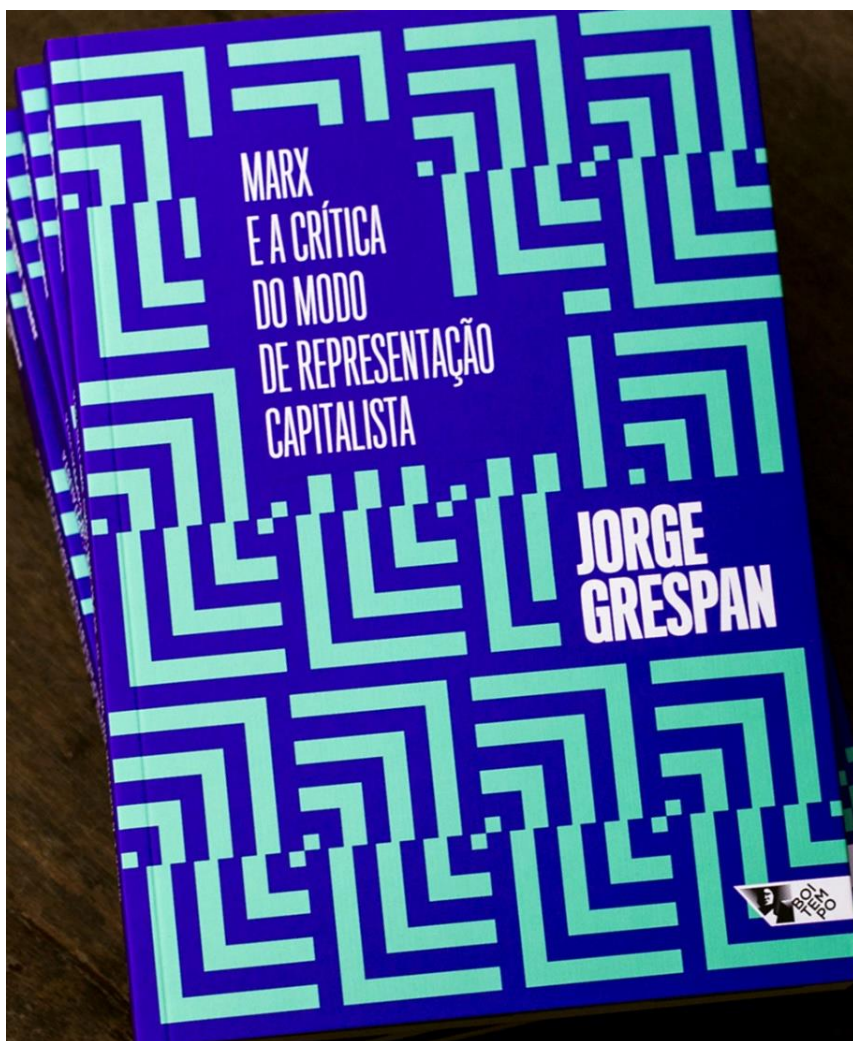
“Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista”

Considerações...



Pedro de Alcântara Figueira¹

Resenha sobre a obra do professor Jorge Grespan.

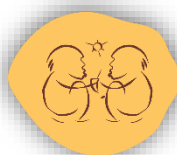


GRESPAN, Jorge

Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista.

São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2019. 304 p.

Capa do Livro



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

<https://icgilbertoluizalves.com.br>

¹ Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. Doutor em Educação, historiador, filósofo e pesquisador do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi um dos participantes na produção de compêndios da *História Nova* [década 1960].

“Considerações sobre a Obra de Jorge Grespan”

Pretendo, aqui, nesse breve escrito, e à luz das ideias de Marx que considero as fundamentais em termos históricos, analisar a obra do professor Jorge Grespan, **Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista**.

Não creio que o autor pretenda fazer no primeiro capítulo de sua obra uma análise linguística do **Capital** de Marx. Não me parece ser este o seu horizonte analítico. No entanto, a forma como trata a terminologia usada por Marx deixa a impressão, ao não considerar claramente o ponto de partida histórico de Marx, de uma dominância do aspecto formal sobre o conteúdo propriamente dito.

O autor entra em minuciosas considerações sobre dois termos usados por Marx, assunto que ocupa praticamente todo o primeiro capítulo de seu livro.

Não só é conhecida como bastante mencionada a preocupação de Marx de fazer clara distinção entre os termos da pesquisa e a exposição da matéria em questão. Não pretendendo me deter nesta preocupação de Marx, apenas gostaria de me referir, sem muitas delongas, a um aspecto da sua forma de exposição, a qual penso poder ser observada praticamente em todos os seus escritos. Um desses aspectos, me parece, é a polêmica, a qual aparece não só explicitamente, mas também incluída na própria questão que esteja abordando, fazendo parte integrante dela. **O Capital**, em especial, é modelo nesse aspecto, pois aí, poderíamos dizer, Marx estabelece um permanente diálogo, não só com a Economia Política, cujas citações e menções ocupam grande parte de sua obra, mas também com o economista político Aristóteles, com Feuerbach, com Hegel e, porque não dizer, com toda a cultura greco-romana, com a literatura francesa, com Balzac, com Shakespeare, com a Revolução Francesa, enfim, com toda a história anterior e sobretudo com a história do modo de produção capitalista. A história é o seu livro de cabeceira.

No exercício que ele faz, de maneira magnífica, sobretudo no **Capital**, ao dialogar permanentemente com a Economia Política, transparece o seu modo preferido de exposição. O que é mesmo este exercício? Não diria que se trata de uma questão simples, não é. É aí que ele demonstra sua familiaridade, seu domínio de toda a história da humanidade. Em sua exposição, em que formalmente ele afirma sua concepção, digamos sobre *dinheiro*, ele passeia pela concepção histórica de Boisguillebert, Law, Quesnay, A. Smith, Ricardo, Aristóteles, a

filosofia, a literatura. Sua concepção propriamente dita vai surgindo como resultado do desenvolver histórico aí representado como teoria, do embate permanente com toda a história do pensamento até adquirir a forma que consagra as suas ideias como únicas.

O leitor pode ter um exemplo concreto do que pretendemos mostrar com sua reação, que aliás põe em evidência a sua personalidade, ao publicar a análise que o professor da Universidade de São Petersburgo, Ilarión Ignátievich Kaufmann, faz por ocasião da publicação da tradução russa - necessário que se diga, a primeira - do primeiro livro do **Capital**. Creio que o professor Ilarión dá uma aula de marxismo, do que aqui provisoriamente chamarei de método, o de Marx, evidentemente, ao pôr em destaque sobretudo o que chamo de ponto de partida de toda a obra de Marx, a *transformação histórica*:

Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar num período determinado. Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transformação de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra. Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social [...]. (KAUFMANN. Apud MARX, 2013, p. 89-90)

Não é sem razão que Marx tem presente sobretudo aqueles pensadores cujas ideias estão comprometidas com o desenvolvimento social e dele partem como perspectiva de sua visão da vida humana em seus mais diferentes aspectos e manifestações, sejam eles literários, filosóficos, econômicos, culturais. Podemos mesmo dizer que nada lhe escapa quando, de certo modo fazendo uma síntese de toda a história da humanidade até ele, percorre, sutilmente, astuciosamente, esta ou aquela expressão ou manifestação da vida em sua realidade mais concreta. Poucos pensadores descobriram e revelaram, em suas notas de estudo, tantas e tão valiosas pérolas.

Esta sua preocupação, longe de sugerir qualquer preciosismo formal ou estilístico, muito pelo contrário demonstra que, ao partir do entendimento do que significa a transformação histórica em determinado momento, Marx faz desse único ponto de partida a alavanca que é capaz de pôr em movimento forças insuspeitas, tanto no plano material objetivo, quanto no plano da consciência. Importa, evidentemente, para Marx entender que uma forma histórica da vida humana não é um resultado fortuito, mas produto do desenvolvimento e da transformação de condições anteriores. A forma do desenvolvimento capitalista é que lhe permite ter clara e distinta a necessidade, poderíamos dizer inexorável, da transformação.

Sem que estabeleçamos uma clara distinção entre Economia Política e *economia*, entre os economistas políticos e os assim chamados *economistas*, ou seja, entre duas épocas

históricas absolutamente diversas, qualquer tentativa de interpretação do **Capital** corre o sério risco de enveredar por um filosofismo abstrato, distanciando-se dos motivos fundamentais de Marx e Engels. No caso específico da obra que estamos aqui analisando, as explicações expostas pelo autor, ao tentar fazer, da interpretação que os capitalistas dão dos conceitos econômicos e sociais constitutivos das relações burguesas de produção, a contraposição de que partiria Marx para estruturar sua fundamentação teórica, me parecem, no mínimo, insuficientes. Que Marx tem presente o que o autor denomina *representação capitalista*, e que sua obra, toda ela, faça constantemente referência ao modo como os capitalistas e seus funcionários, os economistas, conceituam as relações sociais de produção – verdadeiro desastre teórico – não resta qualquer dúvida, e o leitor pode fazer sua experiência a respeito simplesmente recorrendo aos seus escritos.

No entanto, é necessário definir com precisão histórica a sua existência nos vários momentos, não só quando aparece explicitamente na elaboração teórica de Marx, mas também quando a forma pela qual se *representam* as relações sociais do ponto de vista dos dominantes não pode ser tratada negativamente, ou melhor, como se o antagonismo de classes, em quaisquer circunstâncias históricas, eliminasse a possibilidade de a classe dominante fundamentar cientificamente seu pensamento. Refiro-me, no caso, sobretudo à Economia Política, tanto em sua versão inglesa, quanto francesa, como também ao Iluminismo.

Esta é a razão pela qual referi-me à necessidade de se estabelecer a distinção, que é histórica, entre o momento em que a ciência burguesa por excelência, a Economia Política, representa o ideal de desenvolvimento social e econômico, e o momento em que o seu ideal se reduz totalmente ao conservadorismo de manter a dominação de classe, e que embora tendo que conter, por isso mesmo, o desenvolvimento, só em parte consegue detê-lo. Nas palavras de Pierre Vilar: “A contradição entre racionalidade individual e racionalidade social faz da sociedade capitalista uma sociedade condenada a crescer”. (VILAR, 1967, p. 18).

Rigorosamente podemos dizer que foi esta contradição, aqui apontada por Pierre Vilar, que deu nascimento ao marxismo e o tornou a ciência histórica de um período em que o mundo passa a reclamar uma subversão jamais vivida pela humanidade, pois o fim do antagonismo de classe vem a ser condição do progresso social que se tornou necessário para que não se extinga entre os homens sua natureza social.

Não se pode, portanto, tratar como coisa secundária o fato de que a obra de Marx se intitule **O Capital: Crítica da Economia Política** (2013). Acredito que em boa medida se absolutiza o termo crítica e, por isso mesmo, se passa a ignorar que é justamente esse subtítulo que revela a sua afirmação de só conhecer uma ciência, a ciência da história. A crítica de Marx – que não pode ser confundida com revelação de erros por parte dos economistas clássicos, embora aponte suas incongruências ideológicas – consiste em mostrar e demonstrar que se o antagonismo de classe era o motor da história e a base de sustentação

científica dos economistas políticos, agora, em 1848, o impulso ao desenvolvimento pleno das forças produtivas havia posto em cena outro personagem².

É este, e não qualquer outro, o ponto de partida de Marx. Sua fundamentação teórica habita o mundo do desenvolvimento histórico e só ele serve como motivação para analisar a sua obra, aliás toda ela. Não podemos esquecer que, em seus **Escritos Econômico-filosóficos**, “simples” notas de estudo, mas que nem por isso deixam de abundar em pérolas a respeito das sociedades humanas, ao discutir sobre o fim da propriedade privada e sua superação, a propriedade coletiva, ele afirma que “a história a fará surgir” (MARX, 1968, p. 98). Nessas cinco palavras se encerra aquilo que impropriamente se costuma chamar de *o método de Marx*.

É claro que as conceituações de Marx e Engels, tanto no plano dos fenômenos políticos quanto econômicos, mudam constantemente, porém suas alterações não dizem respeito senão ao curso do desenvolvimento da sociedade capitalista, em que a expansão do capital pelo globo terrestre se torna elemento fundamental para quem considera a sociedade capitalista um estágio do desenvolvimento das forças produtivas, por sinal o último em que o antagonismo de classe não resistiria às contradições por ele mesmo geradas.

Os passos dados pelos fundadores do socialismo científico em direção a uma definição precisa dos seus objetivos revolucionários não resultam de princípios filosóficos, mas de um compromisso histórico-político fundado no entendimento de que a hora da transformação social se aproximava. Definir cientificamente o que isto significava é o que permite entender toda a sua obra e sua vida política. É neste ponto que, em boa medida, vamos encontrar a razão pela qual no **Manifesto** dedicam uma parte importante à crítica dos utópicos, pois se a estes podemos dar o crédito de terem entendido a necessidade da transformação, faltava-lhes entender que belas ideias não substituem o desenvolvimento histórico.

Em suma, é o desenvolvimento histórico da sociedade burguesa que dá forma às ideias de Marx. Neste particular, Marx passeia por toda a história da humanidade à procura de precisar suas ideias, e neste aspecto ele trava verdadeiro combate consigo mesmo para não perder de vista o que poderíamos denominar de sua tarefa.

O **Manifesto** representa um degrau importante nessa trajetória, que não começa propriamente em 1848, mas que passará a conter uma definição clara da concepção marxista, e que de fato ganhará novos contornos quando a crítica da Economia Política ocupar um lugar de destaque na formulação final das categorias constitutivas da anatomia da sociedade regida pelo capital. Não por acaso e nem por razões retóricas, o **Manifesto** recorre à

² Diz Marx no Posfácio da Segunda Edição de *O Capital*: “Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente”. (MARX, 2013, p. 85)

sabedoria popular ao comparar o desenvolvimento das forças produtivas com o feitiço que se volta contra o feiticeiro. Essa rebeldia do feitiço nada tem a ver com determinismo ou imperativo categórico, até mesmo porque esta imagem é antecedida de uma insuspeita exaltação histórica do capitalismo no confronto com os modos de produção que o antecederam.

O modo de apresentação do **Capital** não parte de nenhuma ideia ou plano, como insiste o autor, mas se subordina à realidade, que não é outra senão o próprio desenvolvimento histórico das contradições inerentes à natureza econômica e social da sociedade burguesa.

Ainda no que se refere ao subtítulo do **Capital**, poderíamos dizer que a relação social denominada por Marx de capital não é o mesmo capital, nem de Adam Smith, nem de Ricardo. Do que se trata é de dois momentos históricos muito diversos, embora muito frequentemente, tanto na sua crítica a Proudhon, quanto em **Salário, Preço e Lucro** (1974), trate ironicamente o uso que faz de conceitos ricardianos. Tanto para A. Smith, quanto para Ricardo, o capital que tem sua representação social no antagonismo de classe é a força impulsionadora do progresso social. O antagonismo de classe que se representa no capital no momento em que Marx o analisa é, segundo ele, um obstáculo ao pleno desenvolvimento social. Nesse momento, a expropriação da classe trabalhadora, reduzida à miséria em função da obtenção do lucro, significa impedir o pleno uso da potência contida nas forças produtivas. É neste momento, também, que o papel sujo dos economistas levanta a bandeira da submissão da classe operária a qualquer preço.

As ideias de Marx se contextualizam na clara definição da diferença entre esses dois momentos; para ele, por exemplo, a cada crise o capital é menos capital. Essa é uma das formas por meio das quais ele carimba o processo de transformação.

Gostaria que o leitor atentasse para uma questão sobremaneira fundamental quanto ao rigor da conceituação histórica das relações sociais, sobretudo no que diz respeito à caracterização da existência das classes sociais. Neste aspecto Marx se distancia inteiramente de todos aqueles que, por um caminho ou outro qualquer, tomaram a sociedade burguesa como seu objeto de estudo. Englobaria a todos estes na categoria de sociólogos. Marx, assim como os economistas clássicos, se debruçaram no estudo da produção material, entendida como produção da vida subordinada à forma mercadoria.

Neste particular Marx cunhou uma definição rigorosa do que ele entendia como produção social:

Este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é o que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do salariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista (MARX, 1974, p. 89).

Não seria demais, creio, repisar nessa questão do rigor conceitual, pois tal formulação

pode levar o leitor a pensar que estejamos preocupados com definições impecavelmente lógicas. Não se trata disso. Do que se trata é de sua rigorosa adequação ao movimento real, ao processo histórico. Este não pode ser tratado a partir de eventualidades, mas sim a partir daquelas conexões que se mostram historicamente necessárias.

No caso em pauta, importa saber até onde vai a dependência mútua entre trabalho e capital, dependência esta que levou Ricardo à exata, porque histórica, definição de capital: “Capital é trabalho acumulado”. O que importa, por outro lado, para Marx, é demonstrar que a acumulação de trabalho, nem sempre, como também não necessariamente, resulta em capital. Tanto no caso de Ricardo, quanto no de Marx, foi o curso da história que serviu de base real a uma conceituação a mais precisa possível. Se pensarmos no capítulo do **Capital** em que Marx trata da “tendência à queda da taxa de lucro”, é possível ver aí a insubordinação do trabalho a assumir seu tão decantado papel de se converter em lucro, ou seja, reproduzir o capital. Do lado do capital, sua necessária identificação com meios de produção deixa de ser natural, pois a rebeldia das forças produtivas começa a abalar as certezas que permitiram construir cientificamente os fundamentos de uma determinada concepção, a Economia Política.

De certo modo, o empenho de Jorge Grespan em definir, diria filosoficamente, os conceitos usados por Marx no **Capital**, faz-nos lembrar da imagem usada por Descartes em sua crítica à escolástica: “Assim fazem ainda esses filósofos que, deixando de lado as experiências, concebem que a verdade nascerá de seus cérebros como Minerva nasceu do de Júpiter.” (DESCARTES, s.d., p. 100-101).

Além da já clássica definição de consciência que se encontra na **Ideologia Alemã** (MARX; ENGELS, 2007), a qual postula que “a consciência é o ser consciente”, Marx deixou em **A Miséria da Filosofia** (1985), passagem contundente sob esse aspecto: Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.

Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 1985, p. 106).

Podemos dizer que, ao fazer do trabalho a condição da existência de uma sociedade organizada e dessa categoria fazer derivar todas as manifestações sociais e econômicas, a Economia Política atinge um grau de precisão quanto à análise que o momento histórico estava exigindo que somente a tomada de posição pelo revolucionamento das forças produtivas permite alcançar. Mais do que qualquer virtuosismo lógico, a categoria *valor* que, como diz Marx, é o pivô em torno do qual gira toda a Economia Política, sintetiza em si toda uma luta pela implantação do trabalho livre em detrimento da servidão. É o que Ricardo expressa ao estabelecer, segundo a nova época, ou seja, segundo a nova forma do trabalho, a sua definição

de valor:

Ao falar, portanto, das mercadorias, de seu valor de troca e das leis que regulam seus preços relativos, sempre nos referiremos somente àquelas mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, e em cuja produção a concorrência atua sem obstáculos. (RICARDO, 1996, p. 24)

Embora partindo dessa mesma definição e tornando-a mais precisa, pois então a dominância do trabalho industrial se tornara geral, Marx mostrará a relação necessária entre salário, preço e lucro e a determinação do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Em suma, a luta histórica exige precisar os termos que compõem a realidade, pois não é senão a partir dela que se torna possível expressar objetivamente quais os caminhos a seguir.

Do contrário, o que foi possível aos capitalistas, ao contrariar o desenvolvimento das forças produtivas, aprisionando-as à obtenção do lucro — que não é senão produção da escassez — se reduziu a uma única forma de *representação*, que Marx classificou de *apologética*. Bastaria, aqui, reproduzir o que diz Schumpeter (1997, p. 129) sobre a origem do lucro — “O lucro empresarial é um excedente sobre os custos” — para se ter uma ideia do que Marx quer significar com a expressão *apologética*. A crítica de Adam Smith ao mercantilismo não procederia se o lucro capitalista pudesse ser definido ao modo como o define Schumpeter.

Esta não é, evidentemente, uma questão que se resolve filosoficamente, mas sim no campo de luta social, a qual não exclui o embate teórico, cuja estruturação é determinada pelas condições objetivas.

A obra de Marx se estrutura, em grande medida, a partir da análise que revela verdadeiro descompasso, que só tende a se agravar, entre o capital e os novos meios de produção que ele está fadado a revolucionar. Por todas as razões, se gera um processo em que a rebeldia dos meios de produção incide diretamente sobre a taxa de lucro, tornando-a uma contradição viva com o volume do lucro obtido, pois enquanto aquela tende a cair, este último segue caminho oposto. Marx não teria chegado a esta questão fundamental no que se refere à história do capitalismo não fosse a real contradição instalada entre os desejos dos capitalistas e a obra que o capital exige que eles executem. Parece coisa estranha, mas a verdade é que o aumento do lucro, decorrente do avanço técnico-científico, cria para os capitalistas uma situação, exatamente a que se manifesta como “tendência à queda da taxa de lucro” (MARX, 2013, p. 249), que os leva, em função da manutenção dos seus privilégios, a destruir riquezas³.

³ Guglielmo Carchedi em “O esgotamento da atual fase histórica do capitalismo”, publicado no blog do Nassif, demonstra estatisticamente que a tendência apontada por Marx passou a ser regra dominante apesar dos

Tendo em vista as formas que a devastação atual assumiu, voltaremos mais tarde a esta que constitui a questão sem solução em termos da sociedade burguesa.

Não gostaria aqui de duvidar da utilidade prática da obra de Jorge Grespan, preocupada em definir, a partir de uma análise das categorias econômicas que servem de base à concepção de Marx, sobretudo no **Capital**, a “representação” que os capitalistas fazem dessas mesmas categorias. Detenho-me na questão da utilidade, pois, penso, os tempos estão a requerer uma análise diferente, em certos pontos, nova, condizente com o estágio pelo qual passa a sociedade que, por razões tão somente pedagógicas, ainda denominamos de burguesa, ou capitalista. Dado que os tempos são outros, necessário se faz entender que qualquer outra representação do capital que não aquela realizada por Marx não pode mais se manifestar senão como lixo ideológico. Tarefa a que se dedicam incessantemente, e com competência ímpar, os economistas.

O autor em pauta talvez não tenha se dado conta de que a “representação dos capitalistas” sobre as categorias econômicas apenas abstratamente podemos identificar como sendo as mesmas estudadas por Marx. Este analisa o capital enquanto relação social historicamente determinada. Não há coisa mais estranha aos capitalistas e aos gerentes de suas fortunas, ou seja, os economistas, do que a expressão de que parte Marx em sua análise da sociedade burguesa. Vale a mesma observação para todas as categorias econômicas, seja preço, troca, compra e venda, valor, mercadoria. No caso, por exemplo, da categoria mercadoria, tanto os capitalistas quanto seus vassallos, os economistas, usam o termo *bens*, o qual não comporta qualquer tentativa de explicação científica.

Acredito que o livro aqui considerado corre o risco de ser tratado como inadequado dado que sua análise das categorias econômicas a que se refere Marx não leva em consideração que, enquanto tal, o capital já se tornou irreconhecível. As classes que a ele correspondiam não passam de uma sombra que vagueia sem destino por esse mundo afora. Este é também o quinhão que restou às instituições políticas e econômicas, aí incluídas as que outrora podiam ser consideradas financeiras, pois tinham como objetivo financiar a produção e o comércio. A esta vocação capitalista se sucedeu uma existência puramente parasitária, tornando-se algo assim como uma central do rentismo, voltada prioritariamente para uma pilhagem generalizada da sociedade como um todo. À medida mesma em que destroem a produção, anunciam lucros fabulosos que não passam de ganhos puramente pecuniários obtidos numa roleta que gira sem descanso. No fundo, é o próprio capital que se imola no altar do rentismo. Embora possamos considerar que tal situação seja nova sob vários aspectos, no entanto ela cabe perfeitamente na análise de Marx no que se refere à incapacidade do capital em gerir as forças que ele mesmo engendrou.

recursos usados pelos capitalistas para aumentar a exploração do trabalho e intensidade da exploração, mesmo havendo aumento da taxa de mais-valia.

Entramos, na verdade de corpo inteiro, numa nova fase histórica, a qual comporta tão somente, sem delongas, uma transformação social profunda que inaugure uma nova forma do convívio político e econômico. Estamos vivendo sob o domínio de uma total destruição de forças produtivas revolucionárias, de riquezas incomensuráveis, de homens e de ideias, o que se dá em benefício de uma pilhagem e saque sem limites sob o comando do rentismo. O que ainda resta de atividade produtiva, e que ainda podemos classificar de capital, rapidamente se subjeta, de espontânea e boa vontade — e ainda acha bom, como ironicamente se expressou o professor Belluzo —, a esta pilhagem, alimentando o suicídio que significa a ilusão de fabulosos lucros obtidos na jogatina pecuniária, verdadeiro cassino em que o ganhador, para não nos iludirmos, é sempre quem banca. Apesar de tudo isso, ou melhor, exatamente por isso mesmo, vivemos em pleno regime, aliás monumental, de superprodução, com o que, embora atolado numa situação de total decadência, o moribundo, como Grandet (BALZAC, 1990), manifesta sua natureza de expropriador mor, expressa numa concentração jamais vista da riqueza social. Essa macabra concentração se manifesta numa igualmente macabra matemática, que nos Estados Unidos foi lapidada como os 99% em oposição ao 0,1%. Não uso por acaso aqui o verbo lapidar, pois é o que está de fato sendo gravado no túmulo de um modo de produção, outrora um gigante que prometeu uma vida melhor para todos, mas que atualmente apenas conduz a humanidade a uma verdadeira tragédia.

Não sem razão, o que vemos agora é que, pelas mãos do rentismo, uma verdadeira ralé, de longa data cevada no anticomunismo, assalta o poder nas outrora democracias burguesas. O que dá razão a Jean Ziegler que, em seu último livro, de título muito sugestivo, “**Le Capitalisme Expliqué à ma Petite-fille (en espérant qu’elle en verra la fin)**”, conclui que “Le capitalisme ne peut pas être réformé. Il faut le détruire. Totalement, radicalement, pour que puisse s’inventer une organisation sociale et économique du monde nouvelle”. (ZIEGLER, 2018, p. 106)⁴.

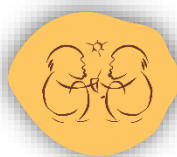
O que surpreende é que tendo atingido este ponto de integral falência social, e que de fato tendo perdido qualquer razão humana de continuar existindo, ainda tenhamos quem se dedique a uma tarefa inútil de ressuscitar filosoficamente um moribundo, ainda mais que a presente tragédia, ao contrário da Tragédia Grega, não nos brindará com nada grandioso.

No fundo, e para concluir, considero que o esforço analítico do professor Jorge Grespan redundava num equívoco, pois, ao não partir da necessária e urgente transformação revolucionária das relações sociais de produção, que, em síntese, foi o que pôs em marcha tanto Marx quanto Engels, se vagueia no limbo das ideias desvinculadas da realidade atual.

⁴ “O capitalismo não pode ser reformado. É preciso destruí-lo. Totalmente, radicalmente, para que se possa inventar uma nova organização social e econômica do mundo”. (Tradução do autor)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALZAC, H. de. **Eugênia Grandet**. São Paulo: Globo, 1990. (A Comédia Humana, vol. V).
- DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'Esprit. In **Œuvres Philosophiques de Descartes**. Paris: Éditions Garnier. 1629. Tome I.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Trad. e Apresentação de José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Œuvres: Économie**. Paris: Éditions Gallimard, 1968. v. II. (Bibliothèque de la Pléiade).
- MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Trad. de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Economistas).
- VILAR, Pierre. **Que Futuro Espera a humanidade?** Trad. de Pedro de Alcântara Figueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ZIEGLER, Jean. **Le Capitalisme Expliqué à ma Petite-fille (FE) (en espérant qu'elle en verra la fin)**. Paris: Éditions du Seuil, 2018. (Collection littéraire : Expliqué à ...).



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

<https://icgilbertoluizalves.com.br>